

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT
Nº 199

Secretaria Nacional de Comunicação
09/05/ 2003

Remover nome da lista Escreva para o Informacut Indique um leitor para o Informacut

ACONTECE

CUT defende fim da unicidade e imposto sindical em audiência

O que propõe a CUT para reforma sindical e trabalhista

Resultado do Congresso Estadual da CUT Amazônas

MOVIMENTO

Ministro diz que não quer flexibilizar direitos

Genro diz que PEC que propõe fim da unicidade e do imposto sindical não é do governo

PRÊMIO NOBEL

Essa é boa! Bush e Blair são indicados ao Nobel da Paz

TRANGÊNICOS

Monsanto, transgênicos e agrotóxicos são alvos de críticas em Ponta Grossa

PREVIDÊNCIA

Anapar debate reforma da Previdência

ARTE E SOCIEDADE

Francisco Rebolo
Operário, 1936, óleo s/tela
Coleção Marcos Simon

ACONTECE

CUT defende fim da unicidade e imposto sindical em audiência

O ex-presidente da CUT Estadual São Paulo, Antônio Carlos Spis (foto), representou a CUT Nacional na audiência promovida, ontem, pelo presidente da "comissão especial destinada a efetuar estudos sobre reformas trabalhista e sindical", deputado Vicente Paulo da Silva (PT/SP). Spis levou as posições da CUT para debater com representantes de outras centrais sindicais. O dirigente cutista entregou à Comissão um documento ao relator, deputado José Chaves (PMDB/PE).

Duas divergências ficaram claras: com os sindicalistas da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros), presidida por Antônio Neto, que defendem a manutenção do imposto sindical e da unicidade (mecanismo que permite apenas um sindicato por ramo de atividade numa mesma base territorial). A CUT é contra o imposto e defende a liberdade e autonomia sindical. Já com a Força Sindical, enquanto a CUT reivindica a adoção de Contratos Nacionais de Trabalho, a entidade de Paulo Pereira da Silva se diz contrária por considerar que não é possível um Contrato Nacional com tantas especificidades regionais. Segundo Spis, nada impede que o Contrato Coletivo de Trabalho incorpore questões regionais. A CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) não compareceu. Estiveram presentes na audiência, além de sindicalistas, 16 deputados federais.

Índice

ACONTECE

O que propõe a CUT para reforma sindical e trabalhista

Estes são alguns pontos, descritos resumidamente, defendidos por Antônio Carlos Spis, que ainda serão debatidos em sua totalidade no 8º Congresso Nacional da CUT, em junho.

1. Adoção de uma "legislação de transição", que mantenha os atuais direitos trabalhistas e sociais, até a conquista da:
2. Liberdade e Autonomia Sindical, com o fim do imposto e da unicidade sindicais
3. Remoção de todo o "entulho" da CLT até a:
4. Adoção de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho, um novo código regulador.
5. Legalização das Centrais Sindicais e suas respectivas estruturas
6. Implementação dos Contratos Coletivos Nacionais
7. Livre acesso dos dirigentes sindicais no interior das empresas e instituição de Comitês Sindicais nos locais de trabalho
8. Garantir a ultratividade dos acordos coletivos
9. Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e benefícios e limitação das horas-extras
10. Fiscalização e coibição do trabalho escravo, infantil e degradante
11. Reiteração dos dirigentes sindicais demitidos
12. Eliminação dos dispositivos legais que contrariem a liberdade e autonomia sindical e os direitos dos trabalhadores.

13. As discussões sobre a Reforma, para a CUT, deve ser feito, prioritariamente, no Fórum Nacional do Trabalho.

Índice

ACONTECE

Resultado do Congresso Estadual da CUT Amazonas

Cecuts que faltam

Os congressos estaduais das CUT Goiás, Roraima e Minas Gerais terminam nesse domingo, dia 11. Os Cecuts da Bahia e do Tocantins foram suspensos.

Amazonas

Duas chapas concorreram às eleições na CUT Amazonas. A chapa 1, formada por companheiros da Articulação (PT e PSB) obteve 84% dos votos. A chapa 2 (CSC), 16,9%. O presidente eleito é Valdemir de Souza Santana, dos Metalúrgicos de Manaus.

Índice

MOVIMENTO

Ministro diz que não quer flexibilizar direitos

"Minhas convicções não mudaram. Não sou a favor de leiloar escravos pela internet", disse, ontem, o Ministro do Trabalho, Jacques Wagner (na foto ao lado do Presidente da CUT João Felicio), na sede nacional da CUT, ao negar que tenha sugerido flexibilização de direitos para facilitar a vida de micro e pequenas empresas e, assim, trazer trabalhadores à formalidade.

"Essa hipótese não existe. O foco das discussões no Fórum Nacional do Trabalho, que será instalado no final de junho, é a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho. O que nos interessará é discutir como capital e trabalho vão se entender. Se o foco for rebaixar direitos, a conversa será inócuia", explicou o Ministro. Para ele, o que gera empregos no País são os investimentos e para essas empresas investirem é preciso reduzir a burocracia mas, segundo ele, sem prejudicar ou diminuir direitos dos trabalhadores. "Hoje, existem 40 milhões de trabalhadores na informalidade sem regras que os protejam. Eu prefiro constituir empresas com menor obrigatoriedade junto ao Estado para ela contrate trabalhadores", diz. O presidente da CUT, João Felicio, concordou com o Ministro quanto à redução da carga tributária das empresas para que possam contratar. Segundo ele, alguns itens da Reforma Tributária vem facilitar a vida da empresa. "Mas nunca retirando direitos", disse Felicio.

Jacques Wagner é diretor licenciado do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, fundador do PT e da CUT.

Visita

Há mais de 10 anos que um ministro do trabalho não vinha à CUT. A iniciativa foi do próprio ministro que explicou o funcionamento e o caráter do Fórum Nacional do Trabalho. Diferentemente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - um órgão consultivo do governo,

em que o governo escolhe quem o compõe - o FNT deverá ser composto por representantes de entidades, escolhidos por elas mesmas. O Ministro adiantou, porém que defende pessoalmente o fim do imposto sindical e da unicidade sindical, temas que serão debatidos no Fórum. Para o Wagner, a atual legislação sindical é um anacronismo. Ele próprio disse não entender o porquê da demora da legalização das centrais sindicais.

O Ministro também falou sobre algumas das iniciativas do ministério, como a implantação de políticas de emprego para jovens entre 18 a 24 anos, fatia da população que, segundo o Ministro, é a mais atingida pelo desemprego. Os aprendizes e os estagiários também são um problema que deverá ser tratado pelo Ministério. Wagner reconheceu, no entanto, que um banco público enfrenta sérios problemas com o excesso de estagiários. Mas, garantiu que o Ministério irá investigar se as empresas estão empregando a política de estágio ou substituindo mão-de-obra.

Índice

MOVIMENTO

Genro diz que PEC que propõe fim da unicidade e do imposto sindical não é do governo

O secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Tarso Genro (foto), disse ontem, em São Paulo, que a proposta de emenda constitucional apresentada pelo ex-presidente da CUT e, hoje, deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT/SP) que fala sobre o fim do imposto sindical e da unicidade sindical não faz parte do conjunto de medidas do governo federal no âmbito da reforma trabalhista. "É iniciativa pessoal dele", disse Genro.

O secretário da CDES participou, ontem, de um encontro na Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecesp). Genro aconselhou os sindicalistas a procurarem o deputado para que recue de sua proposta.

Índice

PRÊMIO NOBEL

Essa é boa! Bush e Blair são indicados ao Nobel da Paz

Quem não tem o que fazer, inventa. O deputado direitista norueguês, Jan Simonsen, propôs, ontem (quinta-feira), em Oslo, Noruega, que o presidente dos EUA, George Bush, e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, sejam indicados para o Prêmio Nobel da Paz por terem vencido a guerra no Iraque.

Segundo o deputado "as vezes, faz-se necessário uma guerra pequena e eficiente para evitar uma guerra muito mais perigosa no futuro".

O prazo para indicações encerrou-se no dia 1 de fevereiro. Concorrem este ano, o Papa Paulo II, o vocalista da banda U2 Bono Vox e o dissidente cubano Oswaldo Paya.

Índice

TRANSGÊNICOS

Monsanto, transgênicos e agrotóxicos são alvos de críticas em Ponta Grossa

A 2ª Jornada de Agroecologia, em Ponta Grossa, abriu o segundo dia com severas críticas ao modelo produtivo e econômico sustentado pelos produtos transgênicos e pela utilização indiscriminada de agrotóxicos. Em sua palestra, "Império, resistência popular e biotecnologia", o diretor do Instituto da Política de Desenvolvimento e Alimentação na Califórnia (EUA), Peter Rosset, criticou a atuação da Monsanto no Brasil, incentivando o plantio clandestino e a contaminação de lavouras para pressionar o governo a abrir mercado, e advertiu que a empresa aposta no País com a finalidade de garantir sua própria sobrevivência financeira.

Rosset comentou que a rotulagem de alimentos nos países europeus foi responsável pela perda significativa de mercados para a Monsanto no continente e, com isso, a empresa, que produz 80% das sementes transgênicas no mundo, estaria passando por graves problemas. "Quando a Monsanto produz sementes transgênicas na Argentina, que não se adaptam ao clima naquele país, mas à realidade das lavouras brasileiras, ela está apostando claramente na comercialização para o Brasil, seja pela liberação dos transgênicos ou pela produção clandestina. Isso é uma estratégia clara, não uma casualidade", critica Rosset. O instituto ao qual o pesquisador norte-americano pertence desenvolve pesquisas e cooperação técnica nos Estados Unidos e em vários países no mundo todo, como México, Brasil, Tailândia, Laos e em Cuba, onde há um programa nacional de incentivo à agroecologia. As pesquisas, segundo Rosset, são unânimes em apontar as vantagens dos métodos ecológicos tanto em rentabilidade, quanto em qualidade de vida e proteção ambiental. Ele argumenta, ainda, que no mundo inteiro estão surgindo iniciativas de mudança do modelo convencional de produção da Revolução Verde para outro modelo tecnológico integrado, agroecológico. "Nossas pesquisas têm comprovado o aumento na produtividade total, a diminuição dos custos de produção e a melhoria nos preços recebidos pelos produtores na hora de vender os alimentos agroecológicos", conclui.

Jean Marc Von der Weid, coordenador do programa de Políticas Públicas da AS-PTA, que também esteve conferindo palestra, esta manhã, na Jornada de Agroecologia, listou algumas razões que o levam a considerar como equivocada uma decisão de liberação dos transgênicos no Brasil. "Primeiro por causa da Balança Comercial. Seria uma contradição se optar pelos transgênicos, quando os mercados internacionais estão se fechando para eles", aponta ele. Jean Marc lembra que os produtores de soja transgênica dos Estados Unidos perderam de vender mais de quatro milhões de toneladas do produto na última safra para o mercado europeu e que isso casa com as expectativas e com o volume de exportação brasileira para lá. Além disso, o coordenador da AS-PTA, lembra que os produtores transgênicos vêm amargando também perdas de fatias significativas do mercado japonês: "O Japão está se fechando aos transgênicos. Não está proibindo, mas há forte rejeição dos consumidores. Portanto, esse quadro não favorece para que se aposte numa produção que está sendo rejeitada pelas grandes indústrias lá fora", diz Jean Marc.

Jean Marc listou aos participantes da Jornada de Agroecologia alguns dos argumentos em favor dos produtos transgênicos que estão perdendo a credibilidade entre os produtores no mundo e não estão sendo confirmados pelos fatos mais recentes. Ele aponta que, de 1999 para cá, o uso de herbicidas nas lavouras gaúchas aumentou em média 47,6%, quando no Paraná, aconteceu exatamente o inverso: uma diminuição de 47,6%. Quanto à produtividade nas lavouras do Rio Grande do Sul, Jean Marc lembra que, no ano passado, o argumento também ruiu diante do fato de o Estado obter o pior desempenho em produtividade de soja no Brasil e analisa que a propagandeada queda nos custos de produção se deva não à soja transgênica, mas à queda nos preços dos herbicidas. "O que justifica a defesa da soja transgênica no Rio Grande do Sul, hoje, é um misto de briga ideológica com o "medo" da pena pela ilegalidade da produção", diz. Jean Marc concluiu sua palestra na Jornada advertindo aos participantes que "tanto as práticas de produção agroecológicas quanto aquelas convencionais, que se utilizam de técnicas mais sofisticadas e racionais na aplicação de insumos químicos, são mais eficientes

e custam menos que a produção transgênica. A agroecologia, apresenta índices de produtividade muito bons e com a vantagem de produzir alimentos saudáveis e de melhor qualidade".

O coordenador-geral da Jornada de Agroecologia, Darci Frigo, disse que a discussão entre produtores agroecológicos, consumidores e técnicos, hoje, no Brasil, é a de mover processos contra a empresa Monsanto por sua responsabilidade na disseminação de transgênicos no País, colocando em risco o patrimônio nacional e a variedade de sementes.

"Defendemos que a empresa seja responsabilizada criminalmente, porque ela se apóia na chamada política do fato consumado: induz as pesquisas com transgênicos, induz autoridades a defenderem abertamente seus interesses, induz a produção de transgênicos e, com isso, não deixa ao governo outra alternativa que não a de decidir pela liberação de uma safra, como aconteceu recentemente com a soja no Rio Grande do Sul", adverte Frigo. Ele defende que entidades ou empresas que pregam a desobediência civil da produção clandestina de transgênicos sejam enquadradas em crime por formação de quadrilha.

O vice-governador e secretário de Agricultura do Paraná, Orlando Pessuti, que participou da abertura oficial da Jornada de Agroecologia, em Ponta Grossa, disse que o Paraná vai cumprir e fiscalizar a proibição de transgênicos e lembrou que o Estado tem pelo menos 95% da safra de soja certificada como não-transgênica.

Na programação da Jornada, hoje, dia 9, acontecem exposições sobre reforma agrária e sobre os direitos do consumidor diante dos produtos transgênicos. Amanhã, 10, é a vez da Feira de Agroecologia.

Thea Tavares

Índice

PREVIDÊNCIA

Anapar debate reforma da Previdência

A Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão, Anapar, presidida pelo diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, José Ricardo Sasseron, realiza nos dias 16 e 17 de maio, no Sindicato, a conferência nacional "A seguridade social que queremos", que será exclusivamente dedicada à discussão e aprovação de propostas para a reforma da previdência que está sendo conduzida pelo governo Lula.

Participarão da conferência especialistas sobre previdência

A participação na conferência é aberta a qualquer participante de fundo de pensão. A inscrição custa R\$ 30,00. Cada participante se responsabiliza por viagem, hospedagem e alimentação.

Veja no site www.anapar.com.br a íntegra do projeto do governo e um comparativo com as principais mudanças.

Índice

Conheça a Agência CUT de Notícias Visite a página da Central Única dos Trabalhadores

SECRETÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Elisângela dos Santos Araújo

Expediente

Editor: Sergio dos Santos

Webdesigner: Láldert Castello Branco

Equipe da Secretaria de Comunicação

Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Rita de Biagio - Sergio dos Santos

Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado SPAM quando inclua uma forma de ser removida